

## GOLPE MILITAR EM MIANMAR E OS CONFLITOS ÉTNICO-RELIGIOSOS

Vitória Totti Salgado<sup>1</sup>



Fonte: Reuters (2022).

Em 1º de fevereiro de 2021, um golpe militar depôs o governo democrático de Mianmar, liderado por Aung San Suu Kyi desde 2015. O golpe se deu após a vitória esmagadora da Liga Nacional pela Democracia (*National League for Democracy* — NLD) nas eleições gerais de 2020 contra o Partido da Solidariedade e Desenvolvimento da União (*Union Solidarity and Development Party* — USDP), principal partido de oposição e *proxy* dos militares<sup>2</sup>. A oposição afirma que as eleições teriam sido fraudadas, apesar de observadores locais e internacionais<sup>3</sup> afirmarem que não houve grandes irregularidades nas votações (KIPGEN, 2021). A junta militar que promoveu o golpe,

---

<sup>1</sup> Doutoranda e Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação ‘San Tiago Dantas’ (Unesp, Unicamp, PUC-SP). Assistente de Projetos na Escola de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV RI). Pesquisadora associada ao Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), ao Observatório de Regionalismo (ODR) e à Rede Internacional de Pesquisa DIPP – *Development, International Politics and Peace*. Contato: [vitoria.totti@unesp.br](mailto:vitoria.totti@unesp.br)

<sup>2</sup> O USDP foi fundado em 2010 por generais, em meio ao processo de democratização do país, como modo de garantir a participação política legítima dos militares no governo (KIPGEN, 2021).

<sup>3</sup> Um observador internacional foi o Carter Center, sediado nos Estados Unidos e que, segundo Kipgen (2021), enviou 43 observadores para 234 assembleias de voto em 10 estados e 14 regiões em todo o país. No entanto, o Carter Center relatou também que a entrada de observadores foi restringida para apenas três centros onde os votos foram apurados. Além disso, Kipgen (2021) aponta que o sistema eleitoral de Mianmar favorece, direta ou indiretamente, o partido no poder, mas isso não significa que houve fraude nas eleições, apenas que o sistema é imperfeito.

oficialmente denominada de Conselho de Administração do Estado (*State Administration Council* — SAC), colocou o general sênior Min Aung Hlaing no poder, e deteve e acusou a líder Suu Kyi e outras figuras-chave do NLD, que se encontram, até o momento, em prisão domiciliar. Desde o golpe, estima-se que mais de 10.000 opositores políticos tenham sido presos, mais de 1.700 pessoas assassinadas, e cerca de 990 sentenciadas, conforme dados da Associação de Assistência para Prisioneiros Políticos (*Assistant Association for Political Prisoners* — AAPP)<sup>4</sup>.

Desde a independência de Mianmar da colonização britânica, em 1948, o país luta contra os regimes militares, os conflitos étnico-religiosos, a má governança e a pobreza generalizada. Após a independência, a União da Birmânia<sup>5</sup> foi governada, por poucos anos, como uma democracia parlamentar, ainda que com consistente influência dos militares. Em 1962, o general Ne Win liderou o golpe militar que o manteve no poder pelos 26 anos seguintes, sob o rótulo de um partido socialista estatal único, o Partido Comunista da Birmânia (*Communist Party of Burma*). O governo militar implementou um Estado unitário e impôs a religião budista como estratégia para unificar a nação multiétnica, o que ocasionou a proliferação de enfrentamentos de diferentes etnias ao Estado (ANWARY, 2020). Neste contexto, o nome do país mudou brevemente para República Socialista da União da Birmânia, de 1974 a 1988.

Em 1988, a deterioração da situação econômica, a corrupção generalizada e a escassez de alimentos levaram a população a protestos em massa, que culminaram na renúncia de Ne Win ao cargo de presidente. Um ano depois, uma junta militar “provisória” assumiu o poder, com a promessa de democratização, e alterou o nome do país para “União de Mianmar”, sob o argumento de que o nome “Birmânia” era um vestígio da era colonial que favorecia a maioria étnica birmanesa, e que “Mianmar” era mais inclusivo (MAIZLAND, 2022).

Em 2007, a chamada Revolução Açafrão<sup>6</sup> teve seu estopim devido ao aumento nos preços dos combustíveis, e iniciou uma série de protestos antigovernamentais

---

<sup>4</sup> A Associação de Assistência para Prisioneiros Políticos é uma organização não-governamental de direitos humanos, fundada em 2000, com sede em Mae Sot, Tailândia e Rangoon, Mianmar (Burma ou Birmânia, na tradução em português). A AAPP defende a libertação de todos os prisioneiros políticos na Birmânia e a melhoria da sua qualidade de vida durante e após o encarceramento. Vide: <https://aappb.org/>.

<sup>5</sup> O país tornou-se independente do Reino Unido com o nome oficial “União da Birmânia”, que seria alterado em 1989 para “União de Mianmar”. Após a constituição de 2008, o nome do país mudaria oficialmente para “República da União de Mianmar”.

<sup>6</sup> A revolução levou este nome em homenagem às vestes cor de açafrão usadas pelos monges budistas participantes.

generalizados por todo o país. A pressão popular exigia o recuo dos militares do poder, além da melhoria da situação econômica no país. Em decorrência da revolução, a junta militar começou a afrouxar os seus controles de modo a garantir a perenidade das forças armadas no governo de Mianmar, além da tentativa de atrair investimentos estrangeiros. Este movimento impulsionou o estabelecimento de uma nova Constituição, firmada em 2008<sup>7</sup>, que garantiu amplos poderes aos militares mesmo sob o regime civil, como o controle sobre a segurança doméstica e a maioria dos aspectos das relações exteriores, além da reserva de assentos no parlamento para militares (MAIZLAND, 2022). A constituição de 2008 prevê ainda continuação da estratégia do Tatmadaw<sup>8</sup> de “milícias populares”<sup>9</sup>, presente desde a independência do país, dando aos militares o direito de “administrar a participação de todo o povo na Segurança e Defesa da União” (JOLLIFFE, 2015, p. 22-23, tradução nossa).

A junta militar foi oficialmente dissolvida em 2011, quando foi substituída por um parlamento civil — ainda dominado por militares — por um período de transição democrática, durante o qual o ex-burocrata do exército e primeiro-ministro, Thein Sein, foi nomeado presidente. No ano de 2015, foram realizadas as primeiras eleições gerais no país, com a vitória de Aung San Suu Kyi, figura política de grande envergadura na história de Mianmar. Suu Kyi é filha do herói do processo de independência do país, o general Aung San, e ganhou destaque durante os protestos de 1988, sendo posteriormente detida e passando mais de quinze anos como prisioneira, até a sua libertação em 2010. Em 1991, Suu Kyi foi laureada com o Prêmio Nobel da Paz<sup>10</sup> enquanto ainda estava em prisão domiciliar.

O histórico político pós-independência de Mianmar revela as fragilidades dos breves governos democráticos, devido ao amplo domínio dos militares na política. O processo de transição democrática, iniciado em 2011, havia renovado as esperanças para o desenvolvimento do país que, após o golpe militar mais recente, são novamente rechaçadas. Na prática, a conjuntura política de Mianmar ingressou, em 2021, em um

---

<sup>7</sup> A Constituição da República da União de Mianmar (2008) entrou em vigor em 2011, após as eleições de 2010.

<sup>8</sup> Nome oficial das forças armadas de Mianmar.

<sup>9</sup> A estratégia de “milícias populares” trata-se da formação de vários tipos de milícias apoiadas pelo Estado, estabelecida a partir de meados da década de 1950. O termo genérico “milícias populares” inclui alguns grupos que foram estabelecidos pelo próprio Estado, além de outros que eram anteriormente grupos étnicos armados ou facções de grupos étnicos armados (JOLLIFFE, 2015). Para mais sobre a formação de milícias em Mianmar, vide: Buchanan (2016).

<sup>10</sup> Aung San Suu Kyi foi laureada com o Prêmio Nobel da Paz por sua luta não-violenta pela democracia e pelos direitos humanos em Mianmar durante o regime militar.

novo capítulo ainda mais violento. Protestos maciços eclodiram em todo o país nas semanas após o golpe militar, e dezenas de milhares de pessoas aderiram ao que originalmente era um movimento pacífico de desobediência civil, recusando-se a trabalhar até que o governo eleito de Suu Kyi voltasse ao poder (MAIZLAND, 2022).

Ademais, políticos depostos da NLD, líderes de protestos e ativistas de vários grupos minoritários estabeleceram um governo paralelo conhecido como Governo de Unidade Nacional (*National Unity Government* — NUG), com o objetivo de reunir os grupos díspares que se opõem à junta militar, promover maior unidade entre os grupos étnicos, criar uma agenda para um Mianmar pós-junta e cultivar o apoio de governos estrangeiros. O NUG é composto pelo Comitê Representativo de Pyidaungsu Hluttaw (*Committee Representing Pyidaungsu Hluttaw* – CRPH), um órgão legislativo birmanês em exílio, composto por parlamentares eleitos em 2020, e que se dedica a desempenhar resolutamente as atividades legislativas necessárias, exigir a libertação incondicional dos detidos pela junta militar, e conduzir as funções regulares do Pyidaungsu Hluttaw<sup>11</sup>. Em setembro de 2021, o NUG declarou guerra à junta e formou uma divisão armada conhecida como Força de Defesa do Povo (*People's Defence Force*). Portanto, a junta militar no poder e o Tatmadaw enfrentam uma oposição generalizada e feroz tanto de organizações armadas étnicas, como do governo paralelo.

Somam-se ao cenário de instabilidade política os diversos conflitos étnicos-religiosos que o país enfrenta desde a sua independência. Mianmar reconhece, oficialmente, mais de 135 grupos étnicos, agrupados arbitrariamente em 8 grandes “raças nacionais”, quais sejam kachin, kayah, kayin, chin, bamar, mon, rakhine e dhan (EMBASSY OF MYANMAR, [2022]). Segundo o censo demográfico realizado em 2014, cerca de 68% da população se identifica como bamar ou burman (birmanês, em tradução para o português), 9% shan, 7% karen, 4% rakhine, 3% chineses, 2% indianos, 2% mon, e as demais etnias representam cerca de 5% (CIA, 2022). Quanto à religião, a esmagadora maioria da população segue o budismo (89%), seguido do cristianismo (4%), do islamismo (4%) e do animismo (1%) (WARZONE INITIATIVES, 2015). Percebe-se, com base nos dados apresentados, que a maior parte da população pertence à etnia birmanesa e se identifica com a religião budista. Desde a independência do país e,

---

<sup>11</sup> A Assembleia da União de Pyidaungsu Hluttaw é a legislatura bicameral *de jure* nacional de Mianmar, estabelecida pela Constituição Nacional de 2008. O Pyidaungsu Hluttaw é composto por duas casas, a Amyotha Hluttaw (Câmara das Nacionalidades), uma câmara alta de 224 cadeiras, e a Pyithu Hluttaw (Câmara dos Representantes), uma câmara baixa de 440 cadeiras.

principalmente, com o estabelecimento do regime militar em 1962, a identidade nacional birmanesa esteve intimamente vinculada com a religião budista.

A composição étnico-religiosa de Mianmar nos ajuda a compreender o cenário de genocídio denunciado pelo Conselho das Nações Unidas para os Direitos Humanos (HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2019), pela *Human Rights Watch* e pelo governo dos Estados Unidos (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2022). Na porção oeste do país, no estado de Rakhine, uma minoria étnica muçulmana, que não é reconhecida como cidadã por parte do Estado de Mianmar, é submetida à discriminação e violência sistemática: os rohingya.

Segundo dados de 2015, existem entre 800.000 e 1.100.000 rohingya em Mianmar, 80% dos quais residem no estado de Rakhine, especificamente na porção norte, próximo à fronteira com Bangladesh (ANWARY, 2020). Os rohingya representam cerca de um terço da população de Rakhine que é composta, majoritariamente, por budistas da etnia rakhine (“budistas rakhine”). Além disso, o estado de Rakhine está entre os menos desenvolvidos do país, com um índice de pobreza de 41,6%, em comparação com a média nacional de 24,8%, de acordo com dados de 2017 (WORLD BANK GROUP, 2019). A pobreza generalizada e falta de oportunidades de emprego exacerbam a clivagem entre os budistas rakhine e os muçulmanos rohingya. Vale ressaltar, ainda, que os rakhine estão entre os grupos étnicos mais marginalizados de Mianmar (ANWARY, 2020), apesar de seguirem a religião budista. Isso porque, desde o período colonial, a maioria dos altos cargos políticos estão nas mãos da elite birmanesa budista (ANWARY, 2020). Percebe-se, portanto, que os conflitos entre as etnias rakhine e rohingya se inserem em um contexto mais amplo de repressão estatal e discriminação étnica, além das patentes dificuldades socioeconômicas.

Em agosto de 2017, o estado de Rakhine sofreu uma escalada de tensões depois que um grupo armado, chamado Exército de Salvação Arakan Rohingya (*Arakan Rohingya Salvation Army – ARSA*), reivindicou a autoria de ataques que resultaram na morte de 12 membros das forças de segurança na fronteira norte do estado. A partir deste episódio, o governo declarou o ARSA uma organização terrorista com agenda jihadista islâmica, e os militares iniciaram as chamadas “operações de liberação” (“*clearance operations*”), que destruíram centenas de aldeias rohingyas e forçaram quase 700.000 rohingyas a deixarem Mianmar (ALBERT; MAIZLAND, 2020). Segundo dados compilados pela organização Médicos Sem Fronteiras, de 25 de agosto a 24 de setembro, ao menos 6.700 rohingya foram mortos, sendo 730 crianças (MSF, 2017). As forças de



segurança de Mianmar também abriram fogo contra civis em fuga e plantaram minas terrestres perto de passagens de fronteira usadas pelos rohingyas para fugir para Bangladesh (ALBERT; MAIZLAND, 2020).

Uma investigação promovida pela Missão Internacional Independente de Apuração dos Fatos em Mianmar (*Independent International Fact-Finding Mission on Myanmar – IIFFMM*), estabelecida pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, concluiu que as circunstâncias e o contexto das “operações de liberação” contra os rohingya indicam forte inferência de intenção genocida [“inference of genocidal intent”] por parte do Estado de Mianmar (HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2019, p. 14-15).

O ápice de violência contra os rohingya registrado em 2017 não é, infelizmente, fato isolado. Os rohingya são sistematicamente perseguidos pelo governo desde a independência do Estado de Mianmar. Dois atos legislativos ilustram esta perseguição: a Lei de Imigração de Emergência (*Emergency Immigration Act*), de 1974, e a Lei de Cidadania Birmanesa (*Burmese Citizenship Law*), de 1982. A lei de 1974 exigia que todos os cidadãos portassem um bilhete de identidade, denominado de Certificado de Registro Nacional. Os rohingyas eram inelegíveis para adquirirem este documento, sendo elegíveis apenas para o Cartão de Registro de Estrangeiro, que oferecia direitos limitados, mesmo assim, poucos conseguiram obtê-lo (WARZONE INITIATIVES, 2015). Com a aprovação da Lei de Cidadania, em 1982, a cidadania dos rohingyas foi definitivamente revogada. A lei determinou três níveis de cidadania<sup>12</sup>, e os rohingyas foram excluídos de todos eles. O governo justificou esta exclusão alegando que os rohingyas eram, na verdade, imigrantes ilegais de Bangladesh da etnia “bengali” e, por essa razão, não foram incluídos na lista de 135 grupos étnicos oficiais de Mianmar (WARZONE INITIATIVES, 2015). Os rohingya são o maior povo apátrida do mundo, ou seja, não possuem reconhecimento legal por parte de nenhum Estado.

Por vezes, o governo manipula as informações como tentativa de unificar a população birmanesa sob seu desdém pelos rohingya. O conflito étnico em Mianmar não se limita, no entanto, ao povo rohingya. Diversos grupos armados étnicos permanecem

---

<sup>12</sup> A Lei de Cidadania (1982) criou três níveis de cidadania dentro da Birmânia: (1) cidadãos plenos: birmaneses, membros de grupos indígenas étnicos/linguísticos oficiais, aqueles que pudessem provar que eram descendentes da Birmânia antes de 1823; (2) cidadãos associados: aqueles nascidos no país após 1823 e seus descendentes; e (3) cidadãos naturalizados: aqueles que pudessem comprovar que ele ou seus pais entraram e residiam na Birmânia antes da independência de 1948 ou têm um dos pais com um dos três tipos de cidadania (WARZONE INITIATIVE, 2015, p. 12).

em constante enfrentamento com o Estado e entre si e, após o golpe militar de 2021, a tendência é que as tensões entre estes grupos aumentem ainda mais. Em 2015, em meio ao processo de democratização iniciado em 2011, foi assinado um Acordo Nacional de Cessar-Fogo (*National Ceasefire Agreement – NCA*) entre 10 grupos étnicos armados<sup>13</sup> e o Estado de Mianmar. O acordo tinha como objetivo promover a unidade étnica e a legitimidade política destes grupos para garantir a autodeterminação e o gozo de direitos sem discriminação ou desigualdade. No entanto, mesmo antes do golpe militar em 2021, o processo de paz já estava moribundo e as negociações entre os signatários para o estabelecimento de uma federação em Mianmar haviam estagnado.

O golpe de Estado e a subsequente repressão violenta aos protestos pacíficos transformaram o cenário de conflito em Mianmar. Em oposição à junta militar, emergiram novos grupos armados, principalmente nas planícies centrais do país, na chamada “Zona Seca” (“*Dry Zone*”)<sup>14</sup>. A ação de grupos armados étnicos em Mianmar é recorrente desde a independência do país, e seus objetivos incluem, normalmente, reivindicações por maior autonomia do governo central. Os novos grupos que emergiram após o golpe de 2021, embora tendam a operar independentemente uns dos outros, são quase todos forças antirregime (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2022a). Ademais, a instabilidade política reacendeu conflitos antigos e colocou fim ao processo de paz iniciado em 2015.

À medida que as forças antigolpe se fortalecem no centro de Mianmar, o Tatmadaw recorre ao emprego de milícias<sup>15</sup>, comumente conhecidas como Pyusawhti, em estratégias de contrainsurgência. As forças armadas de Mianmar, desde a década de 1960, atribuem um papel central para as milícias na defesa nacional, incluindo o combate aos insurgentes domésticos. No atual cenário, esta estratégia não conseguiu conter os movimentos de resistência e, ao invés disso, escalou a violência entre os grupos armados e aqueles identificados como pró-regime militar, culminando em um ciclo vicioso de

---

<sup>13</sup> Os dez grupos são coletivamente conhecidos pela sigla NCA-S EAO (*Nationwide Ceasefire Agreement – Signatory, Ethnic Armed Organizations*). São eles: *All Burma Students’ Democratic Front (ABSDF)*, *Arakan Liberation Party (ALP)*, *Chin National Front (CNF)*, *Democratic Karen Benevolent Army (DKBA)*, *Karen National Union (KNU)*, *KNU/Karen National Liberation Army Peace Council (KNU/KNLA PC)*, *Pa-O National Liberation Organisation (PNLO)*, *Restoration Council of Shan State (RCSS)*, *New Mon State Party (NMSP)* e *Lahu Democratic Union (LDU)*.

<sup>14</sup> Vide anexo B.

<sup>15</sup> O termo “milícia” é utilizado de forma genérica para referir-se a uma ampla gama de organizações armadas e grupos paramilitares. John Buchanan (2016), em estudo no âmbito da *The Asia Foundation*, estabelece uma tipologia de milícias para Mianmar, com quatro categorias: (1) milícias integradas ao Tatmadaw; (2) milícias não-integradas ao Tatmadaw; (3) milícias comunitárias apoiadas pelo Tatmadaw; e (4) milícias de organizações étnicas armadas. Para mais informações sobre a ação de milícias em Mianmar, ver: Buchanan (2016) e International Crisis Group (2022a).

violência.

Há de se mencionar, ainda, os impactos no desenvolvimento econômico provocados pelo golpe militar e pela pandemia da COVID-19. O processo de democratização veio também acompanhado de gradual liberalização econômica, unificação de taxas de câmbio, integração de mercados regionais e modernização de sistemas econômicos e financeiros. Estas mudanças resultaram em rápido crescimento econômico após 2011 – cerca de 7% ao ano, segundo dados do Banco Mundial – além da redução das taxas de pobreza, que caíram de 48% para 25%, entre os anos de 2005 e 2017 (WORLD BANK, 2022). No entanto, o Monitor Econômico de Mianmar, do Banco Mundial, projeta que, após a contração de 18% da economia no ano de 2021, estima-se o crescimento de somente 1% da economia até setembro de 2022 (WORLD BANK, 2022). Ainda, uma pesquisa realizada entre maio e junho de 2021 pela organização *People's Pulse*, mediu a situação socioeconômica das famílias desde o golpe militar. Os resultados indicavam que, no início de 2022, quase metade da população de 55 milhões de pessoas em Mianmar viveria abaixo da linha de pobreza<sup>16</sup> (UNDP, 2021a). A pesquisa confirma as projeções realizadas em relatório<sup>17</sup> do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), lançado em abril de 2021, e que indicava a vulnerabilidade da população de Mianmar em cair na pobreza diante de choques negativos na economia do país. O relatório alertava que, se não for controlado, o efeito combinado da crise pandêmica e do golpe de Estado poderia resultar em um nível de empobrecimento não visto no país desde 2005 (UNDP, 2021c).

Infelizmente, não há indícios de que a situação de Mianmar mudará drasticamente no curto ou médio prazo. Os militares no poder não mostram sinais de reverter o golpe, apesar de estarem enfrentando feroz resistência por parte da população civil, dos grupos armados e do Governo de Unidade Nacional. As expectativas para a democratização, para o desenvolvimento econômico e para a pacificação entre os diversos grupos étnicos foram frustradas com o golpe militar de 2021. Para o povo rohingya, há ainda menos perspectiva de mudança, visto que o próprio governo de Mianmar – democrático ou não – sustenta a perseguição sistemática desde a independência do país. Nesse ínterim, a perspectiva é de aumento nas tensões no país, que é berço de um dos maiores conflitos civis da história.

---

<sup>16</sup> A linha da pobreza trata-se do limite monetário criado para designar em que momento um indivíduo está vivendo em situação de pobreza, fixado no valor de 1,90 dólar por dia.

<sup>17</sup> Trata-se do relatório intitulado “*COVID-19, Coup d’Etat and Poverty: Compounding Negative Shocks and Their Impact on Human Development in Myanmar*” (2021).



## REFERÊNCIAS

- ALBERT, Eleanor; MAIZLAND, Lindsay. The Rohingya Crisis. **Council on Foreign Relations**, 23 January 2020. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/rohingya-crisis>. Acesso em: 11 abril 2022.
- ANWARY, Afroza. Interethnic Conflict and Genocide in Myanmar. **Homicide Studies**, v. 24, n. 1, 2020, p. 85-102.
- BUCHANAN, John. Militias in Myanmar. **The Asia Foundation**, July 2016. Disponível em: <https://asiafoundation.org/wp-content/uploads/2016/07/Militias-in-Myanmar.pdf>. Acesso em: 11 abril 2022.
- CIA. The World Factbook. **Burma**, April 06, 2022. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/burma/#people-and-society>. Acesso em: 11 abril 2022.
- CRPH (Committee Representing Pyidaungsu Hluttaw). **Who we are**, [2022]. Disponível em: <https://www.crphmyanmar.org/who-we-are/>. Acesso em: 11 abril 2022.
- EMBASSY OF MYANMAR. **Composition of the Different Ethnic Groups under the 8 Major National Ethnic Races in Myanmar**, [2022]. Disponível em: <https://www.embassyofmyanmar.be/ABOUT/ethnicgroups.htm>. Acesso em: 11 abril 2022.
- HORSEY, Richard. One Year On from the Myanmar Coup. **International Crisis Group**, 25 January 2022. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/asia/south-east-asia/myanmar/one-year-myanmar-coup>. Acesso em: 11 abril 2022.
- HUMAN RIGHTS COUNCIL. **Report of the independent international fact-finding mission on Myanmar**, A/HRC/42/50, 8 August 2019. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/myanmar-ffm/report-hr-c42th-session>. Acesso em: 11 abril 2022.
- HUMAN RIGHTS WATCH. Myanmar: Events of 2021. **World Report**, 2022a. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2022/country-chapters/380616>. Acesso em: 11 abril 2022.
- HUMAN RIGHTS WATCH. **Developments in Gambia's Case Against Myanmar at the International Court of Justice: Questions and Answers**. February 14, 2022b. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2022/02/14/developments-gambias-case-against-myanmar-international-court-justice>. Acesso em: 11 abril 2022.
- INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Resisting the Resistance: Myanmar's Pro-Military Pyusawhti Militias**. Crisis Group Asia Briefing N°171, 6 April 2022a. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/asia/south-east-asia/myanmar/b171-resisting-resistance-myanmars-pro-military-pyusawhti-militias>. Acesso em: 11 abril 2022.
- INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Myanmar's Coup Shakes Up Its Ethnic Conflicts**. Crisis Group Asia Report N°319, 12 January 2022b. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/asia/south-east-asia/myanmar/319-myanmars-coup-shakes-its-ethnic-conflicts>. Acesso em: 11 abril 2022.
- JOLLIFFE, Kim. Ethnic Armed Conflict and Territorial Administration in Myanmar. **The Asia Foundation**, June 2015. Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/ConflictTerritorialAdministrationofullreportENG.pdf>. Acesso em: 11 abril 2022.

KIPGEN, Nehginpao. The 2020 Myanmar Election and the 2021 coup: Deepening democracy or widening division? **Asian Affairs**, n. 52, v. 1, 2021, p. 1-17.

MAIZLAND, Lindsay. Myanmar's Troubled History: Coups, Military Rule, and Ethnic Conflict. **Council on Foreign Relations**, 31 January 2022. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/myanmar-history-coup-military-rule-ethnic-conflict-rohingya>. Acesso em: 11 abril 2022.

MITHUN, Mahanam B. Ethnic Conflict and Violence in Myanmar: The Exodus of Stateless Rohingya People. **International Journal on Minority and Group Rights**, v. 25, n. 4, 2018, p. 647-663.

MSF (Médecins Sans Frontières). **MSF surveys estimate that at least 6,700 Rohingya were killed during the attacks in Myanmar**, 12 December 2017. Disponível em: <https://www.msf.org/myanmarbangladesh-msf-surveys-estimate-least-6700-rohingya-were-killed-during-attacks-myanmar>. Acesso em: 11 abril 2022.

NCA-S EAO (Nationwide Ceasefire Agreement - Signatories, Ethnic Armed Organisations). **About NCA-S EAO**, [2022]. Disponível em: <https://www.ncaseao.org/page/about-nca-s-eao>. Acesso em: 11 abril 2022.

REUTERS. Image. In: LUSA, Myanmar: 18 mortos em manifestações pró-democracia, **DW**, 2022. **1 fotografia**. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3q1yu>. Acesso em: 13 junho 2022.

UNDP (United Nations Development Programme). **Myanmar urban poverty rates set to triple, new United Nations survey finds**, December 2021a. Disponível em: <https://www.asia-pacific.undp.org/content/rbap/en/home/presscenter/pressreleases/2021/myanmar-urban-poverty-rates-set-to-triple--new-united-nations-su.html>. Acesso em: 11 abril 2022.

UNDP (United Nations Development Programme). **Myanmar People's Pulse Survey Report 2021**. December 2021b. Disponível em: <https://www.asia-pacific.undp.org/content/rbap/en/home/library/sustainable-development/myanmar-people-pulse-survey-report-2021.html>. Acesso em: 20 abril 2022.

UNDP (United Nations Development Programme). **COVID-19, Coup d'Etat and Poverty: Compounding Negative Shocks and Their Impact on Human Development in Myanmar**, April 2021c. Disponível em: [https://www.asia-pacific.undp.org/content/rbap/en/home/library/democratic\\_governance/covid-19-coup-d-etat-and-poverty-impact-on-myanmar.html](https://www.asia-pacific.undp.org/content/rbap/en/home/library/democratic_governance/covid-19-coup-d-etat-and-poverty-impact-on-myanmar.html). Acesso em: 20 abril 2022.

UNHCR (The UN Refugee Agency). **Rohingya Refugee Emergency at a Glance: The influx to Bangladesh is one of the largest and fastest-growing refugee crises in decades**, 21 March 2018. Disponível em: <https://unhcr.maps.arcgis.com/apps/Cascade/index.html?appid=5fdca0f47f1a46498002f39894fcd26f>. Acesso em: 11 abril 2022.

WARZONE INITIATIVES. **Rohingya Briefing Report**, October 2015. Disponível em: [https://www.warzone.cc/media/Rohingya\\_Briefing\\_Report\\_version2.pdf](https://www.warzone.cc/media/Rohingya_Briefing_Report_version2.pdf). Acesso em: 11 abril 2022.

WORLD BANK GROUP. **Myanmar Living Conditions Survey 2017**, Report 03: Poverty Report, June 2019. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/921021561058201854/pdf/Myanmar-Living-Condition-Survey-2017-Report-3-Poverty-Report.pdf>. Acesso em: 11 abril 2022.

WORLD BANK. **Country overview: Myanmar**, April 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/myanmar/overview#1>. Acesso em: 11 abril 2022.